

Entrevista a Manuel Braga da Cruz

República e republicanismo: passado, presente e futuro

JOSÉ MIGUEL SARDICA *

Manuel Braga da Cruz é licenciado em Filosofia e Sociologia e doutorado em Sociologia Política. Foi professor do ISCTE, entre 1976 e 1992, investigador do ICS/UL entre 1982 e 2000, diretor da revista Análise Social, presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política, membro do Conselho Consultivo da Comissão Nacional da UNESCO, do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, da Comissão Nacional Justiça e Paz e do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. É, presentemente, professor catedrático e reitor da Universidade Católica Portuguesa, onde leciona desde 1992. Com vasta obra publicada, é especialista em sociologia e instituições políticas, sistemas eleitorais e história contemporânea de Portugal, destacando-se, entre os seus trabalhos mais importantes, As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo (1980), Monárquicos e Republicanos no Estado Novo (1986), O Partido e o Estado no Salazarismo (1988), Instituições Políticas e Processos Sociais (1995), O Estado Novo e a Igreja Católica (1998) e Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal (1999). Nesta entrevista, Manuel Braga da Cruz elabora um retrato da I República Portuguesa menos convencional que o de alguma ortodoxia vigente, recordando traços essenciais da vida de um regime «muito debilmente implantado no país», democrático apenas nas ideias e não numa prática que, em alguns aspetos, terá sido «quase tão autoritária como o salazarismo» e, no seu todo, «um tremendo fracasso».

* Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

A I República é ainda hoje um período histórico muito polémico e dicotomicamente avaliado. Cem anos volvidos, qual foi o significado global do regime republicano na evolução da história contemporânea portuguesa, sobretudo se o compararmos com o regime anterior, da Monarquia Constitucional?

O regime republicano pretendeu ser uma tentativa de modernização e de secularização do país, muito embora tenha ficado muito aquém daquilo que originalmente pretendia. De alguma forma, é uma rutura com o regime constitucional monárquico, porque a revolução republicana não foi de unificação de todos os portugueses, mas de divisão desses mesmos portugueses, com o domínio de uma pretensa vanguarda que impôs uma visão antitradicionalista, moderna, secularizante. Todo o ímpeto modernizador da sociedade portuguesa foi subsumido pelo republicanismo, sendo isso que explica, em boa parte, que não tenha surgido posteriormente, quando se desenvolvem os autoritarismos na Europa, um autoritarismo de cariz modernizante em Portugal. De facto, a iniciativa modernizadora tinha-se colado a um ideário democrático – e digo ideário porque a república apenas foi democrática nas ideias, não na prática.

Nesse sentido, a República era um meio para um fim, visando tomar o poder para realizar uma profunda mutação sociopolítica? Ou, dito de outra maneira, considera que, para os republicanos, mais importante do que o regime era a ideia republicana que lhe preexistiu?

Os republicanos, na sua propaganda durante o regime monárquico, centralizaram no regime e na figura do rei todos os problemas da sociedade portuguesa. A verdade é que eliminaram o rei e substituíram o regime, mas não resolveram nenhum dos graves problemas que o país atravessava na altura: a instabilidade partidária continuou e aumentou, a instabilidade governativa atingiu níveis como nunca se conheceram no regime constitucionalista do século XIX, o desenvolvimento económico não surgiu, o problema financeiro agravou-se e a conflitualidade social aumentou. Curiosamente, nenhum desses problemas dependia direta ou exclusivamente do rei e do regime, e o facto é que uma vez eliminados estes, os problemas continuaram. Toda a propaganda republicana foi feita com o propósito explícito de resolver os vários e graves problemas da nação, mas a verdade é que a República não foi capaz de realizar os seus intentos. Com isto, quero dizer que o regime republicano era um regime ideológico. Como todas as ideologias, o republicanismo tinha uma forte componente de utopismo, mesmo de irrealismo.

No plano das realizações, a República não aumentou nem a eficácia nem a legitimidade do poder: dizia-se, ou pretendia-se, democrática, mas não democratizou o país – pelo contrário, recusou sempre plebiscitar-se, e não alargou o eleitorado. De tudo isto, resultou ter a eficácia do regime ficado largamente comprometida ao longo dos anos de 1910-1926. Por isso, sim, concordo que, efetivamente, para os republicanos, mais importante do que o regime e as suas realizações quotidianas, era a ideologia, aliás assente em muitos preconceitos, o principal dos quais o preconceito religioso. A República portuguesa é muito devedora do Positivismo, tinha uma conceção de progresso que remetia a tradição para o passado e tudo o que estivesse ligado ao passado era para desaparecer inexoravelmente, pela linearidade imparável do avanço e do progresso.

Que outros exemplos dessa contradição entre a ideologia e a ação política, entre a teoria e a prática podem ser encontrados na história do período de 1910-1926? O direito de voto, certamente. Mas haverá outros?

A República tinha uma base social de apoio que era essencialmente urbana, de classe média – e quando digo urbana, digo sobretudo lisboeta. Uma vez no poder, o que seria expectável é que os republicanos tentassem alargar essa base de apoio para consolidar o seu poder e a sua legitimidade. Acontece que a estratégia seguida foi a do afrontamento, sobretudo com a Igreja; tudo em nome da modernização e da secularização. Ora, isto acabou por reduzir imenso a sua base social, porquanto a grande maioria do país era católica, de simpatia monárquica e não republicana. Em particular, a ofensiva contra a Igreja eliminou qualquer hipótese de recolha de apoio ao novo regime nos setores sociais católicos. Bem pelo contrário, a oposição contra a Igreja teve o efeito de unir todo o movimento católico sob uma liderança de cariz anti-republicano, isolando cada vez mais as forças que dominaram Portugal depois de 1910.

Que verdade existe na visão histórica de que, no 5 de Outubro, mais do que uma vitória republicana, o que se passou (até tendo em mente o regicídio e o reinado de D. Manuel II) foi uma demissão monárquica que entregou o país ao PRP?

Creio que há algum exagero nessa visão. É certo que o regime constitucional monárquico estava, em 1910, afetado por contradições muito fortes, que os republicanos souberam inteligentemente aproveitar e agudizar. A propaganda republicana causou sérios embaraços aos últimos governos da Monarquia,

e claro está que temos de reconhecer o quanto essas contradições foram dissolvendo o campo monárquico, mais concretamente o campo dos políticos monárquicos, que entraram em conflito e tensão entre si. Também sabemos que alguns desses políticos não tinham grandes convicções monárquicas, tendo de resto passado com muita facilidade da Monarquia para a República. Mas penso que é exagerado dizer que o regime monárquico «caiu de podre». O regime foi desgastado, muito pelas forças opositoras republicanas. Mas não podemos esquecer, quando se olha para o papel do rei, que – e refiro-me sobretudo a D. Carlos – ele fez tudo o que estava ao seu alcance para prestigiar a instituição monárquica. Quem mais contribuiu para o descrédito das instituições do constitucionalismo monárquico foram alguns (não todos) políticos. Por isso, creio que a visão de que não foi a República que ganhou mas sim a Monarquia que perdeu tem de ser matizada. Ao fim e ao cabo, foi um pouco uma combinação das duas coisas aquilo que aconteceu no 5 de Outubro de 1910.

Para lá de um quotidiano difícil, de tensões sociais e graves problemas económicos, que já vinham de trás e que eram próprios de um país parco de recursos e em crise, o regime republicano teve de enfrentar duas ou três questões que lhe diminuíram a margem de manobra: a oposição monárquica, a questão religiosa e a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Qual delas pesou mais no fracasso final da I República?

O que agravou a incapacidade de o poder se afirmar e credibilizar foi sobretudo o facto de os republicanos não terem nunca logrado alargar a sua base social de apoio, como disse há pouco. Neste particular, é claro que a questão religiosa teve um papel fundamental. A isto acresce que a República também nunca conseguiu gerar dentro de si uma liderança legitimada, entrando em contradições sucessivas e mostrando-se incapaz de construir aquilo a que poderíamos chamar um «bloco» republicano coeso. Foi-se dividindo assim internamente entre líderes e facções, não procurando os suficientes consensos – a não ser, claro, e por razões conjunturais, quando se tratou da política de guerra, depois de 1914. De facto, é justo reconhecer que a guerra de 1914-18 constituiu um fator de agregação do regime, tendo até congregado apoios monárquicos nesse momento especial da pátria. Mas repito: penso que o problema central do regime foi a ausência de vontade ou a incapacidade de alargar a sua base social por forma a gerar uma muito maior coesão interna.

O que é que foi, afinal, a questão religiosa? E por que razão, muitas vezes avisado para os perigos do seu aprofundamento, o republicanismo mais radical insistiu nela?

Julgo que existiu na política religiosa da República um objetivo, fundamental e prioritário, que era a secularização «à força» da sociedade portuguesa, imposta de cima para baixo, contra tudo e contra todos, custasse o que custasse. Era essa a essência da questão religiosa, que serviu sempre de elemento de reforço da ortodoxia mais radical.

Usa o termo «secularização» como sinónimo de «laicismo»?

Não, não. Acho que há um objetivo de secularização com uma intenção, ou propósito, laicista. Deixe-me dar um exemplo. Um dos elementos mais fortes desta política foi a separação entre o Estado e a Igreja. Ora, a ideia da separação não era necessariamente uma ideia afrontosa para a consciência católica. O que foi afrontoso foi, por um lado, a orientação laicista e, por outro, a orientação anticlerical e anti-ecclesial que o regime emprestou à sua política de separação. A Lei de Separação aprovada em 1911 não foi só isso; foi na realidade uma lei de ingerência do Estado na vida da Igreja e das instituições da Igreja. Quando os bispos protestam contra a Lei da Separação não é contra o princípio em si que protestam. Protestam, isso sim, contra as «cultuais», que eram um dispositivo de ingerência do Estado na administração diária das igrejas, das paróquias, da vida religiosa em geral – ainda por cima quando as «cultuais» eram preenchidas muitas vezes pelos elementos mais anticlericais das aldeias e paróquias. E protestam também contra a manutenção e instrumentalização do beneplácito régio, uma velha figura jurídica do chamado «regalismo». A Igreja estava cansada do beneplácito, e queria, naturalmente, que ele acabasse, ganhando assim a sua própria autonomia e independência. É por tudo isto que a ideia de separação não lhe era malquistada, bem pelo contrário.

Sabemos qual o modelo de separação que acabou por ser imposto, através da lei de abril de 1911, a que aliás Afonso Costa sintomaticamente chamava a «Intocável». Qual era, no seu desenho concreto, o modelo alternativo de separação que a Igreja e a opinião católica advogavam?

A Igreja não tinha um modelo de separação definido. Havia setores católicos que há anos vinham defendendo uma autonomia da Igreja face ao Estado, por não terem qualquer espécie de simpatia face ao modelo regalista vigente no constitucionalismo monárquico. Por isso, esse desejo de emancipação do poder político estava muito enraizado no movimento católico e na hierarquia

eclesiástica. Sobre isto, chegou a falar-se que terá havido um ou outro projeto, inclusive oriundo do interior do Centro Académico de Democracia Cristã, em Coimbra. Mas concretamente, escrito pelo menos, nada chegou até nós. As pessoas a quem supostamente foram atribuídas essas autorias nunca o fizeram. A Igreja não tinha, portanto, propriamente, um modelo. Agora, quando se falou de separação e quando se discutiram as várias possibilidades para a efetivar, prevaleceu a mais radical de todas e com os custos que se conhecem. O que triunfou foi assim, com essa lei de 1911, a orientação laicista da secularização, ou seja, a veleidade de reduzir o religioso a mero fenómeno de consciência, a sua remissão para o foro da privacidade e a conseqüente eliminação da sua presença no espaço público. Todas aquelas medidas administrativas do governo de Afonso Costa e, mais tarde, do governo de António Macieira, são no sentido de «limpar», por assim dizer, da vida pública, toda e qualquer manifestação religiosa. Por isso, o problema não era só a Lei de Separação: era a mais alargada política laicista, ou laicizante, que obviamente afrontava a consciência católica de muitos portugueses. Já para não falar de algo também gravíssimo, que foi o retirar à instituição eclesial todos os direitos, liberdades e garantias que se concediam aos demais cidadãos: a Igreja não tinha direito de propriedade, tendo sido expropriada de todo o seu património, direito de associação ou direito de expressão. Foi por isso que ela se sentiu atacada, perseguida, cerceada nas suas liberdades, e isso criou uma alargada frente contra a República, que lhe seria fatal.

Sustenta então que a lei afonsista de *separação* não foi isso, mas antes uma lei de *subordinação* da Igreja ao Estado? É possível uma comparação desta lei de 1911 com a Constituição Civil do Clero aprovada em França em 1790, instrumentalizando o clero para a obra revolucionária?

Sem dúvida que há linhas de semelhança e de continuidade, e eu diria até que há alguma inspiração francesa revolucionária na política laicista da I República portuguesa. Mas deixe-me salientar, a propósito dessa filiação francesa, que a Lei de Separação de 1911 vai muito além do diploma legislativo que tinha sido aprovado em França anos antes do 5 de Outubro, em 1905. Quando cá se criaram as «cultuais», por exemplo, já elas tinham desaparecido em França. Portanto, veja-se até como os nossos republicanos poderiam, mas não quiseram, ter aprendido algo com a experiência francesa. A nossa Lei de Separação não significou apenas subordinação; implicou perseguição real à Igreja. Numa determinada altura, quase todos os bispos portugueses estavam expulsos das suas dioceses, havendo padres presos às centenas, pelos mais

variados motivos. Tudo isto, não há dúvida, gerou uma insatisfação enorme num país que era maioritariamente conservador, rural, católico, tradicionalista e monárquico.

Na oposição ao regime, que relações existiam entre católicos e monárquicos? Era-se monárquico porque se era católico e o inverso, ou eram realidades sociológicas e convicções individuais apenas taticamente convergentes e aliadas?

Eu diria que eram uma e a mesma realidade, porque a grande maioria na oposição ao regime era simultaneamente católica e monárquica. Daí, aliás, a dificuldade que a Igreja teve em manter uma atuação autónoma, e daí também os conflitos, recorrentes, havidos entre católicos orgânicos e monárquicos no terreno político. A Igreja tinha a preocupação de se libertar da ligação a uma forma de regime ou de governo, afirmando não ter qualquer preferência no plano das fórmulas da vida política e aceitando colaborar com qualquer forma de regime ou governo, sem reserva mental, desde que legitimamente estabelecido e, claro, não afrontoso para a vida eclesiástica. Esta neutralidade, por assim dizer, chocava claramente contra aqueles que, sendo católicos, achavam que a resolução da questão religiosa passava pela prioridade da resolução da questão do regime. A Igreja, como instituição, teve até em muitos momentos uma enorme dificuldade em autonomizar as tentativas de resolução da questão religiosa, independentemente de outras questões políticas. Foi por isso que houve vários choques entre o Centro Católico e a causa monárquica, entre as candidaturas políticas católicas e as candidaturas políticas monárquicas, levando, por exemplo, a que a primeira experiência daquele tivesse soçobrado, levando à refundação do Centro Católico em 1919, depois do sidonismo, e que só a partir desse momento se tenha dado início a um movimento mais autónomo do setor católico em face das forças monárquicas do país.

Qual era a solidez da causa monárquica depois de 1910? Era possível ela ter superado as suas próprias divisões internas e ter realizado a Restauração, ou esse foi sobretudo um espectro agitado pelos republicanos para reforço das suas próprias fileiras?

A restauração foi uma hipótese com alguma consistência. O problema foi que os monárquicos, também eles, que já tinham estado profundamente divididos no final do constitucionalismo, tinham visto entretanto aumentadas as suas divisões internas. Até ao 5 de Outubro, a grande divisão era a que vinha desde a Guerra Civil, entre legitimistas e constitucionalistas. A partir

do 5 de Outubro, surgiu uma nova dissensão entre aqueles que queriam uma restauração com recurso à insurreição e aqueles – como era o caso do Rei D. Manuel II – que nunca aceitariam uma restauração que não fosse por via parlamentar, não revolucionária. Tudo isto levou à proliferação de movimentos vários, como o Integralismo Lusitano, surgido em 1914, que irá depois romper com D. Manuel II, e que irá ligar-se à tradição legitimista e ao reconhecimento de D. Duarte Nuno, descendente de D. Miguel. E mesmo entre os integralistas, houve sempre tensões entre seguidores de um ou outro ramo dinástico. Foi assim que se veio a formar a Ação Realista Portuguesa, já nos anos 20, que se manteve sempre fiel a D. Manuel II. Por tudo isto, quer no campo legitimista quer no campo constitucionalista houve proliferação de grupos. Daí a enorme dificuldade que D. Manuel II, a partir de Londres, sempre teve para reunir e congregar num só esforço e estratégia todas as forças monárquicas, porque nem todos os monárquicos reconheciam no monarca deposto a mesma autoridade. Com o tempo, começou portanto a haver vozes discordantes, dentro da causa monárquica, acerca do modelo de monarquia a restaurar quando isso acontecesse. Mas a restauração foi sempre um objetivo, e houve ocasiões para isso. A Monarquia chegou a estar restaurada, ainda que efemeramente, no Norte, no Porto, nos começos de 1919, provando que, ao fim e ao cabo, a República estava muito debilmente implantada no país. Foi essa debilidade do regime que alimentou os projetos de regresso da monarquia, mesmo que ela não tenha efetivamente voltado ao poder.

Afonso Costa e Sidónio Pais são talvez as duas figuras mais fortes do regime republicano. Quem eram e que projetos diferentes e antagónicos protagonizaram?

Afonso Costa é a personificação da República radical, jacobina e anticlerical. É um líder vanguardista, voluntarista, pouco atento à base social de apoio do movimento republicano e que pretendeu impedir, a todo o custo, que um republicanismo moderado pudesse ter espaço no novo regime. Ele radicalizou a República intencionalmente, porque, no fundo, não era apenas um republicano: era um socialista radical, que queria confinar a República a essa orientação. Por contraste, Sidónio Pais foi um republicano moderado, um republicano nacionalista, militar, mais preocupado em articular o regime com o país. O projeto sidonista era o de congregar todas as forças do país numa grande frente, e foi por isso que ele percebeu que isso só poderia ser feito através de uma forte autoridade, mas de cariz plebiscitado. Quando Sidónio se fez plebiscitar como presidente da República foi a primeira vez que se assistiu,

na história do regime, à eleição direta do chefe do Estado, implantando até, dessa forma, o primeiro regime presidencialista em toda a história da Europa, anterior à experiência da Alemanha de Weimar ou de outras que se lhe seguiriam. Sidónio Pais é todo um contrário de Afonso Costa. Teve a genuína preocupação de alargar a base social de apoio do republicanismo, de chamar a si todas as forças institucionais mais importantes da sociedade portuguesa, reunindo a tradição e a modernidade, religiosos e laicos, tendo acabado por ser vítima daquele mesmo radicalismo que de repente se sentiu subalternizado pelo seu projeto inovador.

Não concorda então com a interpretação de que o sidonismo português terá sido um profascismo, uma experiência fascista *avant la lettre*, antes mesmo de essa fórmula política ter triunfado em países como a Itália?

Não, de modo nenhum. Faltam ao sidonismo os elementos mais marcantes que vão existir no fascismo. Desde logo a modernização: Sidónio é um compatibilizador, um conciliador; não é radical. O radicalismo, como atitude fascista, curiosamente, está muito mais presente no afonsismo do que no sidonismo. Sidónio é muito mais próximo, se se quiser, daquilo que virá mais tarde a ser o salazarismo: um nacionalismo conservador, eclético, e não um movimento de rutura, laico, como foi o fascismo na Europa.

Quando, depois de 1926, o chamado «reviralhismo» lutou de armas na mão contra a institucionalização da Ditadura Militar e do Estado Novo, a que República é que esses homens sonhavam voltar? E ao longo das décadas seguintes, o que é que era afinal ser-se «oposição republicana e democrática» durante o Estado Novo?

A defesa da República a seguir a 1926 não é unívoca. Existiram vários tipos de reclamação do espírito republicano. Desde logo, há republicanos que estão na revolução do 28 de Maio: os republicanos nacionalistas e conservadores e inclusive alguns republicanos liberais, pelo menos no começo. Portanto, quando se dão as primeiras revoltas republicanas, sobretudo militares, é contra um curso antiparlamentar que a «revolução nacional» está a tomar no final dos anos 20. Com o tempo, esses republicanos vão-se unindo, mas no começo era possível encontrar vários tipos de republicanismo – mais radical ou mais conservador. No primeiro caso, avultou o grupo de Paris, onde estavam quer Afonso Costa quer Bernardino Machado. No segundo, uma plêiade enorme de defensores do parlamentarismo que viam com desconfiança o curso seguido pela Ditadura Militar imposta em 1926. Estes não eram propriamente democratas, como os

radicais de Paris, mas mais parlamentaristas *strictu sensu*. Havia depois, também, republicanos que atuaram por meros interesses caciquistas, de manutenção da sua influência local no sentido de um certo «patrimonialismo» político. Isto tudo, genericamente, até à Segunda Guerra Mundial. Depois da guerra, em 1945, com o frentismo da oposição, começam a surgir dentro do republicanismo outras correntes que se vão manifestar de forma muito desigual no começo da década de 60: há os que se reclamam do nacionalismo e do Portugal pluricontinental, sendo muito sensíveis portanto à problemática do Ultramar, e aqueles, já mais radicais, que vão assumir uma oposição claramente frontal à guerra em África, à manutenção do regime, a Salazar e a Marcelo Caetano.

O que é que na I República foi conjuntural e irrepetível, e o que dela resta como herança importante? É apenas a cultura simbólica ou é mais do que isso?

O que resta da I República é apenas um ideário, porque em si mesma a República foi um tremendo fracasso. Hoje, à distância, quando tentamos ver o que é que de positivo restou, concluímos que foi muito pouco: uma política educativa que foi conduzida, sobretudo, com intuítos secularizantes, mas que teve alguns méritos – e pouco mais. Do ponto de vista económico, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista social ou do ponto de vista político, a República salda-se por um fracasso total. Não houve desenvolvimento económico, não houve melhoria das finanças públicas, não houve desenvolvimento industrial ou rural, não houve consolidação dos partidos, do regime parlamentar, não houve estabilidade governativa. Foi um fracasso a toda a prova – e desse ponto de vista, obviamente, muito explorado depois pelo Estado Novo. Mas o facto de ter havido essa exploração por parte do Estado Novo não altera os factos: os objetivos que a I República se propôs alcançar não foram concretizados. O que a República foi, em suma, ficou muito distante do que ela sonhava ser. Por isso, acho que o que hoje se retoma com alguma nobreza e orgulho da I República é um ou outro ponto do seu ideário, nomeadamente a valorização da educação como importante agente de desenvolvimento. Mas pouco mais...

Consideraria então que, nos dias de hoje, a evocação da República serve à elite política portuguesa como lembrança de erros a evitar, mais do que de exemplos a seguir?

Eu estou convencido disso. Aliás, o fracasso da I República pairou, e de que maneira, no dealbar do nosso atual regime democrático, implantado em 1974-76. Houve, então, a grande preocupação de evitar os erros sistémicos, os

erros institucionais, constitucionais e de política face a atores importantes da sociedade de que a I República não cuidou. Houve uma preocupação, sábia, de não permitir erros semelhantes aos cometidos em 1910 e nos anos seguintes. Eu diria que Afonso Costa nunca esteve presente, a não ser pela negativa, na construção do regime democrático saído da revolução de 1974. A verdade histórica a retirar da experiência republicana é simples: não é possível fazer reformas sem a cooptação dos visados por essas mesmas reformas, qualquer que seja o setor da sociedade afetado; não se podem fazer coisas exclusivamente de cima para baixo, como aliás o liberalismo monárquico também tinha muitas vezes tentado, de forma impositiva, sem cuidar das condições sociais de sucesso das reformas. É esta a grande lição que se extrai, *a contrario*, da I República, mesmo para os dias de hoje. Veja-se, por exemplo, como o sucesso de algumas medidas educativas da I República aconteceu porque o regime, em certas alturas, soube trabalhar no terreno com os agentes educativos, professores e não só. Isto diz muito de como o diálogo do poder com as forças sociais é importante em todo o momento.

A CNCCR (Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República) tem, entre 2009 e 2011, um vasto plano de ação, anunciando ser seu objetivo «promover a reflexão coletiva sobre a identidade nacional, os valores da República e o desenvolvimento e o futuro das instituições políticas». Como sociólogo político e cidadão, o que espera da CNCCR e o que pensa sobre o seu programa e propósitos?

Eu considero que a celebração de um centenário, mais do que oportunidade para exaltação, deve ser uma ocasião para reflexão. E desse ponto de vista, acho que as comemorações do centenário da República deverão constituir um momento importante de redescoberta daquilo que se passou, das razões daquilo que aconteceu, para que daí se possam extrair lições com aplicação no futuro. Algumas ideias a República tinha, embora sem ter sido capaz de as concretizar. E concretizou outras que tinha, e mal, com resultados desastrosos. Creio que é muito importante revisitar tudo isto, entendendo de resto a República como algo mais vasto do que aquilo que se implantou em 1910. É preciso olhar para a experiência de um século inteiro, desde 1910 a 2010, porque a República não foi apenas o período de 1910 a 1926; também foi 1926 a 1974, e igualmente 1974 até aos dias de hoje. Em suma, creio que a reflexão a fazer não deve debruçar-se apenas sobre a experiência trágica e negativa da I República, nem tão-pouco apenas sobre o que se seguiu. E há que evitar a tentação de ver a I República como democrática e a II (o Estado

Novo) como autoritária. Na realidade, a I República foi quase tão autoritária como o salazarismo. Conviria assim abarcar todos estes períodos e tentar compreender por que razões e encadeamentos a uns erros outros se seguiram, para que a experiência que foi iniciada em 1974 beneficie desta reflexão, e para que possamos construir uma sociedade civil e uma relação da sociedade civil com o Estado que evite muitos dos erros que foram cometidos no passado. Eu penso que as comemorações deveriam ser sobretudo isto e menos uma celebração eufórica de coisas que não nos dão muitas razões nem de satisfação nem de alegria.

O que acha que pode vir a ser o futuro da República e do pensamento republicano no século XXI, num quadro europeu em que as soberanias dos Estados-Nação se tendem a diluir e num mundo multipolarizado e recheado de radicalismos?

Há presentemente defensores da tese de que a Europa deve vir a assumir uma fórmula republicana. Se esse ideário for prosseguido, temo que a União Europeia e o processo de integração europeu venham a ser um profundo fracasso. Desde logo, e em primeiro lugar, porque pretender construir uma Europa dos cidadãos como se não existissem na Europa, e com a profundidade histórica que lhe reconhecemos, um conjunto de nações, seria um erro gravíssimo. As experiências de tentativa de apagamento das nações dão sempre mau resultado. O que se passou nos Balcãs e na antiga União Soviética está aí para demonstrar que as nações não se apagam, voluntaristicamente, por cosméticas institucionais impostas. Numa Europa com grande diversidade de nações, há também uma grande diversidade de culturas e uma grande diversidade de regimes. Querer utilizar a unificação europeia como uma estratégia de destruição dessas culturas e dessa diversidade de regimes é um erro que se poderá vir a pagar muito caro num futuro próximo. Não escondo que há no Tratado de Lisboa alguns elementos que vejo com enorme preocupação: acho que há traços de uma estratégia de republicanização da Europa que só poderá conduzir a maus resultados. O que significa que não se aprendeu com a história, que não se aprendeu que a tradição não é inimiga nem do futuro nem da modernidade. Significa que ainda não se aprendeu, ou se quer esquecer, que há tradições fortemente enraizadas, que há identidades nacionais que não são apagáveis e que há Estados que têm uma profundidade histórica e uma posição geoestratégica que não são elimináveis por mera vontade política ou ideológica de uma qualquer elite europeia governante. Eu vejo com muita apreensão não apenas tentativas de

impor à Europa uma estratégia destas como a existência de forças concertadas a nível europeu que querem fazê-lo.

Uma última questão, que se diria quase filosófica: o que é hoje a «ética republicana» que tantos invocam, e em que consiste, afinal, a sua alegada superioridade moral?

Faz parte do ideário republicano, juntamente com alguns objetivos políticos, uns quantos desideratos morais – como há noutros ideários. Não há nenhum projeto ideológico que não esteja acompanhado de alguma dimensão moral. Mas não me parece que haja alguma superioridade ética do republicanismo, até porque alguns dos valores de base que os republicanos reclamam para o seu ideário não são, de forma alguma, exclusivos da República. Não me parece que se possa falar, em bom rigor, de uma ética republicana, no sentido verdadeiro e próprio. Tal como tenho dúvidas de que se possa falar de uma ética monárquica. E muito menos acho que se possa falar da superioridade dessa ética republicana: é uma premissa que só faz lembrar – assim considerada e elogiada – a superioridade da ética soviética quando isso também era usado como arma de arremesso contra adversários.